

# MECANIZAÇÃO DO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR E DESEMPREGO: POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO DE CATANDUVA/SP

*Júlia Maria SIBIEN<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O setor sucroalcooleiro, tido como uma das mais importantes atividades econômicas do Estado de São Paulo, sempre englobou grande contingente de mão de obra para o trabalho nas lavouras, principalmente no que diz respeito ao corte da cana-de-açúcar. Indivíduos oriundos de outros estados viajam para as regiões interioranas do Estado para trabalharem em usinas, deixando para trás seus lugares de origem. Porém, com o início da intensa mecanização da agricultura, devido a protocolos ambientais, denúncias de maus tratos no campo e exigências do mercado internacional, muitos cortadores perderão seus postos de trabalho, substituídos por máquinas, que por um lado não agredem o meio ambiente, mas por outro tem causado o desemprego estrutural. Este artigo tem como objetivo analisar o que vem sendo feito para subsidiar este contingente de trabalhadores desempregados, o que eles efetivamente pretendem fazer ao deixarem seus postos de trabalho, e o mais importante, analisar por meio dos próprios trabalhadores, o que governantes das cidades dormitórias, inseridas na região de Catanduva/SP, estão realizando, ou pelo menos pensando em realizar, no sentido de promover políticas públicas que abranjam tantos indivíduos desempregados. Para tal, foram utilizadas entrevistas individuais, uma expressiva revisão literária, além de análises documentais, com o propósito de explorar a questão e alcançar o objetivo almejado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Modernização da agricultura. Políticas públicas. Desemprego.

**ABSTRACT:** The alcohol and sugar sector, considered one of the most important economic activities in the State of Sao Paulo, has always involved a large contingent of labor to work in the plantations, mainly related to the cutting of sugar cane. Individuals from other states travel to the interior regions of the State to work in factories, leaving their regions of origin. But with the onset of increased mechanization of agriculture, due to environmental protocols and reports of maltreatment in the countryside, many cutters will lose their jobs, replaced by machines, on one hand do not harm the environment, but otherwise has caused structural unemployment. This research aims to analyze what is being done to support this number of unemployed workers, what they actually intend to do after they leave their jobs, and most importantly, what leaders of the home towns and dormitory towns, inserted in the region of Catanduva / SP are doing, or at least planning on performing, to promote public policies that include so many unemployed people. For this will be used individual interviews, a significant literature review, and documentary analysis, with the objective to explore the problem and achieve the desired objective.

**KEYWORDS:** Work. Modernization of agriculture. Public policies. Unemployment.

O mundo do trabalho contemporâneo apresenta, em suas diretrizes, elementos estruturantes da hegemonia Capitalista, a qual define os rumos a serem tomados no quadro de decisões e implantações econômicas, assim como as formas e relações que se instituem entre os diversos trabalhadores. Desta maneira, o estudo das

---

<sup>1</sup> É graduada em Ciências Sociais e mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, com a dissertação que recebe o título acima. Endereço eletrônico: julia\_sibien@hotmail.com.

determinações que direcionaram o mundo ao sistema dominante de produção, através de uma reestruturação econômica e de crises provenientes da busca por riqueza se torna essencial, uma vez que a condição de tal trabalhador é consequência desse esboço da produção desenfreada, da especialização da mão de obra e das desigualdades sociais.

É inegável que o novo padrão flexível trouxe consequências alarmantes no cenário trabalhista, principalmente no que diz respeito à classe operária, visto que diante da nova conjuntura fabril abandonou de certa maneira os ideais de luta e, até mesmo, o próprio Sindicato. Tal reestruturação produtiva, associada ao desenvolvimento tecnológico e que reduziu a mão de obra vigente, gerou conseqüentemente a precarização do trabalho, pois reduzindo os postos de trabalho, as fábricas conseguiram estabelecer limites às lutas operárias.

A decomposição de tarefas e a especialização do trabalhador já representavam uma contribuição para produtividade do trabalho, pois como aponta PRADO (2008, p. 15) “[...] surge aí a idéia de um *Novo Homem*, moldado à realidade do capitalismo industrial, que não apenas é regulado dentro da fábrica, mas também fora dela, para ela”, visto que o operário iniciou sua contribuição agora não só produzindo, mas comprando.

O setor sucroalcooleiro se desenvolveu no Brasil de acordo com esta estrutura produtiva, fomentado na alta lucratividade e na divisão do trabalho dentro da indústria, como descrito nos próximos tópicos. Entretanto, além da classe operária inserida no processo produtivo, outra gama de trabalhadores surgiu, designados ao trabalho precário e submetidos a condições análogas à escravidão, reforçando a tese de busca excessiva de lucratividade a qualquer custo. Mas, assim como as demais indústrias inseridas na lógica do capital, este setor busca agora aprimoramento, tanto na esfera produtiva, por meio de máquinas, novos insumos, ou seja, novos métodos de atividade, para que o produto final seja vendido no mesmo momento em que é constituído, quanto na esfera educacional, responsável pela especialização de trabalhadores para o manuseio das máquinas e total absorção das informações contidas no novo modelo industrial.

Voltando um pouco à história da indústria e agricultura brasileira, estas se desenvolveram tardiamente em relação às grandes potências capitalistas mundiais, preservando uma economia predominantemente agrária até durante os séculos XIX e XX. No início do século XX, quando começa a haver a inserção de algumas corporações no Brasil, o contexto que se presencia é de extrema exploração, com jornadas de quatorze ou dezesseis horas diárias, assim como a utilização da mão-de-obra de mulheres e crianças. Os salários eram muito baixos, podendo ainda serem reduzidos como forma de punições ao descumprimento da ordem.

Com a chegada dos imigrantes vieram também experiências de luta mais avançadas do que as já existentes no Brasil e, a partir da troca destas experiências, o país iniciou uma luta por melhores condições trabalhistas no contexto do nascimento e consolidação da indústria. A partir de então várias facções foram criadas no intuito de garantir a defesa dos trabalhadores, como a Confederação Operária Brasileira, criada em 1906 no 1º Congresso Operário Brasileiro.

Porém, a reação do governo veio junto com a crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, caracterizada pela baixa produção e pela redução dos salários dos operários, iniciando-se assim, um período de intensas greves por conta destes operários. As forças operárias passaram então, a serem reprimidas pelo Estado por meio de sua força policial.

Já em 1930, com Getúlio Vargas no poder, é iniciado um processo de modernização e consolidação de um Estado Nacional atuante em todas as partes da sociedade, uma vez que a relação entre trabalho e capital passou a ser tratada no interior do contexto político, de forma que Vargas acabou atrelando toda a estrutura sindical ao Estado, destruindo todas as bases sobre as quais ele havia se constituído. A partir desta década, o Brasil inicia um processo de industrialização, atribuindo maior importância à classe operária. Foram criados o Ministério do Trabalho, a Justiça do Trabalho e as Consolidações das Leis Trabalhistas, além de serem fundados os novos sindicatos oficiais, juntamente com o imposto sindical.

Entretanto, trabalhadores e sindicatos combativos ainda resistiam à intervenção do Estado, garantindo conquistas importantes como a Lei de Férias, descanso semanal remunerado, jornada de oito horas, regulamentação do trabalho da mulher e do menor de idade, entre outros. Arelada a estas conquistas, surge em 1955 a 1ª Liga Camponesa, por meio do processo de mobilização dos trabalhadores do campo e pela criação, um ano antes, da União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Desta forma, pouco a pouco foram sendo criados os sindicatos rurais, presentes no contexto e cotidiano dos trabalhadores estudados neste artigo.

Em 1964, a classe trabalhadora enfrentou a maior repressão política na história do país, devido ao golpe militar, sendo exilados, presos e torturados vários sindicalistas. Este novo governo destruiu a liberdade de expressão e proibiu de forma violenta manifestações dentro do âmbito político.

Passados os tumultos que atingiram quase todas as esferas trabalhistas e sociais do Brasil, começa a surgir, na década de 1970, um novo sindicalismo, que retomou as comissões de fábrica e propôs um modelo de sindicato livre, se desenvolvendo primeiramente no ABC Paulista<sup>2</sup> e se alastrando por todo o resto do Brasil.

<sup>2</sup> São inseridas no ABC Paulistas as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, onde a classe operária insurge-se contra o arrocho salarial atingindo a lógica de acumulação capitalista vigente no país. As greves dos metalúrgicos no

Contudo, no cenário do novo (e precário) mundo do trabalho, como designa ALVES (2000), o contexto que observamos se difere estruturalmente daquele construído por meio de lutas e intervenções na política vigente, conforme nos mostra o autor:

O novo complexo social do mundo do trabalho, permeado pela fragmentação de classe – seja na dimensão subjetiva, seja na objetiva – é cada vez mais recalcitrante à intervenção organizacional e política do sindicalismo de massas, tal como ele se constituiu no decorrer do século XX. Além disso, o complexo de reestruturação produtiva, cujo momento predominante é o toyotismo, tende a instaurar uma nova hegemonia do capital na produção, promovendo a captura da subjetividade operária pela lógica do capital, debilitando o potencial das estratégias de classe, contribuindo para posturas sindicais neocorporativas de cariz propositivo, com os sindicatos tendendo a representar interesses setoriais e não mais interesses de classe. (ALVES, 2000, p. 82 e 83).

E continua, acerca da crise do sindicalismo moderno:

É desse modo que surge, em sua plenitude histórica, sob a mundialização do capital, a crise do sindicalismo moderno, considerado um dos principais baluartes de resistência da classe operária contra as usurpações cotidianas do capital. O cerne essencial e determinante da crise do sindicalismo moderno no limiar do século XXI é a instauração do complexo de reestruturação produtiva, capaz de impulsionar e desenvolver o novo (e precário) mundo do trabalho. (ALVES, 2000, p. 83).

No cenário do agronegócio, e mais especificamente do setor sucroalcooleiro em questão, o poder sindical sempre esteve presente, embora sua atuação em muitas ocasiões tenha deixado a desejar. Um exemplo de extrema importância acarretado devido à atuação sindical foi a Greve de Guariba, ocorrida no ano de 1984, a qual obteve repercussão nacional e internacional. Muito marcada por seu caráter espontâneo, visto que o estado de São Paulo não tinha tradição nestas lutas, procurou mostrar a exploração e as terríveis condições em que viviam os trabalhadores que cortavam cana. Tal contexto gerou muito desemprego, pois eles ficaram com fama de desordeiros, fazendo com que as usinas hesitassem em contratá-los.

De acordo com GRAZIANO (1997) a greve se estendeu rapidamente para outras regiões do Estado, atingindo os colhedores de laranja das cidades de Bebedouro e Barretos, onde ocorreram violentos conflitos entre trabalhadores e policiais, os quais, segundo José Nunes do Nascimento (presidente do STR de Bebedouro), invadiram casas de trabalhadores, espancando senhoras e crianças.

Porém, com a greve, os trabalhadores conseguiram diversas conquistas, que com o tempo se difundiram em outros setores do mundo do trabalho. Tais conquistas foram firmadas por meio do “Acordo de Guariba”, que entre outras coisas visava

---

ABC Paulista serviram de referência para vários movimentos grevistas no Brasil, envolvendo toda a classe trabalhadora.

transporte gratuito, segurança no transporte, fornecimento de ferramentas, pagamento por dias que não trabalhassem devido algum imprevisto, décimo terceiro salário e carteira assinada, fiscalização do pagamento, conseqüente aumento de salário.

Esta pode ser considerada a maior conquista e a luta mais intensa ocorrida no setor por parte dos trabalhadores rurais, pois repercutiu no mundo do trabalho em geral, dando maior ênfase aos Sindicatos e às manifestações por melhores condições de vida e trabalho. Entretanto, a realidade presenciada nos dias atuais é um pouco diferente deste contexto, pois embora os cortadores de cana-de-açúcar tenham muitos de seus direitos cumpridos, as condições de exploração trabalhista continuam as mesmas, além da precariedade em relação à moradia e alimentação.

Na região de Catanduva encontra-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atende cortadores de cana e pequenos proprietários rurais. Nem todas as cidades possuem em seu interior uma sede, como é o caso dos municípios em estudo, visto que Ariranha também atende ao município de Palmares Paulista e Catanduva aos municípios de Pindorama e Santa Adélia. Portanto, o contato direto com os Sindicatos fica restrito em algumas cidades, fazendo com que muitos trabalhadores não dirijam suas críticas cotidianas.

Além da restrição quanto a algumas cidades, muitos trabalhadores reclamam da falta de incentivo sindical e das altas taxas subtraídas de seus salários todos os meses e direcionadas à manutenção destes Sindicatos. Embora tais instituições tenham sido criadas para atenderem às necessidades dos trabalhadores, muitas delas veem nela apenas a consequência da diminuição dos salários todos os meses ou a tentativa de amenização dos movimentos grevistas. Como aponta ALVES (2000)

O cerne essencial da crise do sindicalismo é a sua incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho. (ALVES, 2000, p. 85).

Portanto, essa nova fase do sindicalismo estaria necessariamente passando por uma crise estrutural de incapacidade em preservar o poder de resistência? De acordo com muitos cortadores de cana-de-açúcar a situação atinge patamares ainda mais preocupantes no que tange ao setor sucroalcooleiro.

Neste contexto, muitas mudanças vêm ocorrendo na agricultura brasileira desde a década de 1960, por meio da utilização significativa de insumos modernos e do estreitamento de vínculos com a indústria processadora. Já no início dos anos de 1970, quando o Complexo Agroindustrial Canavieiro passava por uma fase de expansão, os usineiros implementaram o corte de cana mecanizado, em decorrência da possibilidade

de vir a faltar braços para a colheita da cana, pois este período foi marcado por um forte aumento dos empregos industriais e urbanos, já que a economia brasileira passava por uma fase expansiva chamada de Milagre Econômico (ALVES, 2008).

Hoje, o setor sucroalcooleiro representa a mais importante atividade do agronegócio no Estado de São Paulo, além de ser o maior empregador na agricultura. A cana-de-açúcar ocupa, atualmente, quase cinco milhões de hectares e gera em torno de 250 mil postos de trabalho, dos quais 170 mil apenas na colheita, incluindo um grande contingente de trabalhadores volantes. Devido a esta expansão destemida, tanto neste Estado quanto em outras partes do país, alguns problemas foram colocados em pauta por ambientalistas, representantes governamentais, pela sociedade e até mesmo pelos próprios usineiros, que há muito defendem a mecanização completa do corte da cana.

Ao analisarmos o dinamismo existente referente ao trabalho no interior das usinas de cana-de-açúcar, nos deparamos com uma gama muito grande de funções entre os trabalhadores, separados de acordo com a atividade desempenhada e com a área de conhecimento e atuação de cada um. A fim de uma melhor separação dos setores dentro da usina e de um eficiente controle e manutenção da ordem, os indivíduos são identificados por meio da cor de seus capacetes, estabelecendo assim, certa hierarquia entre eles. Desta maneira, cada cor simboliza o nível em que o trabalhador se insere – mandante ou subordinado, burguês ou proletário, explorador ou explorado - e, conseqüentemente, a atividade por ele desempenhada.

Esta descrição se refere a trabalhadores inseridos na função produtiva, ou seja, em meio à produção final de açúcar e álcool. Em tal área há diversas formas de trabalho e atuação destes indivíduos como, por exemplo, os soldadores, os faxineiros das caldeiras de açúcar, os engenheiros, os próprios produtores, armazenadores, técnicos de informática, técnicos elétricos, além dos “chefes”, quais sejam, aqueles que zelam pelo bom desempenho de cada trabalhador e pela manutenção da ordem na usina. Afinal é ideal, para o excelente funcionamento da usina, que estes trabalhadores se tornem uma espécie de máquina que serve apenas para obedecer as ordens estabelecidas, uma vez que assim não poderiam tomar a consciência da sua condição de subordinados. Sobre este assunto já nos explicava Karl Mannheim (1976) a respeito da percepção dos homens quanto à sua condição:

[...] Não é desistindo de sua vontade de ação e colocando suas avaliações em suspenso, mas no confronto e no exame de si mesmo, que o homem consegue objetividade e conquista um *self* com referência à sua concepção de seu mundo. O critério para este auto-esclarecimento é o de que não só o objeto, mas nós mesmos entramos totalmente em nosso campo de visão. Tornamo-nos visíveis para nós mesmos, não apenas vagamente, como um sujeito conhecedor em si, mas em um determinado papel até então escondido, em uma situação até então impenetrável e com motivações de que não tínhamos até então consciência. Em tais momentos, a conexão interna entre

nosso papel, nossas motivações e nossos tipos e maneira de experimentar o mundo aparecem-nos repentinamente. Daí o paradoxo subjacente a estas experiências, que é o de que a oportunidade para a relativa emancipação de determinação social aumenta proporcionalmente à percepção desta determinação. (MANNHEIM, 1976, p. 74).

Contudo, além deste enorme contingente de trabalhadores presentes no interior da usina, há aqueles que assumem uma tarefa tão importante quanto às outras e, até mesmo, mais difícil: trabalhar do lado de fora das usinas, em contato com a agricultura e com as técnicas de trabalho que mais exploram o trabalhador rural. Neste contexto, incluem-se carregadores, técnicos agrícolas, motoristas (tanto de pessoas quanto de produção), medidores da cana cortada, além dos cortadores de cana – o último lugar dentro dessa hierarquia trabalhista, embora um dos mais importantes, pelo menos até a mecanização assumir seus postos de trabalho. Em meio a esta diversidade de funções no ambiente rural, o cortador de cana é inserido numa dinâmica diferente, representando o trabalhador migrante, excluído da convivência social nas cidades dormitórios por ser minimizado como o “bóia-fria”, portador de preconceitos por todos os lados – dentro e fora da usina – e, no presente momento, considerado temporário, não apenas por trabalhar numa determinada época do ano (safra, que dura em torno de oito meses), mas também por estar sendo substituído por máquinas que realizarão o mesmo trabalho em maior escala e num tempo muito menor.

Em meio a este contexto, surgem as formas de pagamento mais precárias e desmoralizantes dentro do setor sucroalcooleiro, ou seja, o pagamento por produção. Mas esta forma se aplicou apenas aos cortadores, uma vez que os motoristas, engenheiros, técnicos, carregadores, entre outros, tiveram seus direitos assegurados pela lei sindical, recebendo salários mensais, cestas básicas, férias, décimo terceiro, alguns até mesmo planos de saúde gratuitos. Já os cortadores, contratados durante um tempo específico – período em que a safra ocorre – têm seus salários controlados pela quantidade de cana que cortam em um dia, situação que causa desgaste físico, psicológico e pode levar até a morte, visto que eles procurarão cortar o suficiente para garantirem um bom salário ao final do mês.<sup>3</sup>

Assim, é possível descrever um pequeno contexto no interior do sistema sucroalcooleiro, traçando hierarquias, formas de trabalho e salário através da atividade desenvolvida por cada trabalhador. Porém, este perfil do trabalhador tende a mudar cada vez mais com a introdução da mecanização, desenvolvendo novas formas e relações de trabalho no interior do setor sucroalcooleiro.

<sup>3</sup> O piso salarial da categoria é, em média, de aproximadamente 500 reais. Entretanto, como o pagamento varia de acordo com a produção individual, um bom cortador – um campeão como é chamado na lavoura – pode chegar a rendimentos mensais de 1200 a 1500 reais.

A questão relacionada a mecanizar ou não o corte da cana volta a ganhar destaque, só que desta vez legalizada por protocolos ambientais, como é o caso do Protocolo de Kyoto, o qual defende que o álcool tem tido reconhecimento na comunidade internacional como uma das possíveis soluções para os problemas ambientais. Destacando-se como um dos melhores candidatos a ser apoiado com políticas de financiamento, o governo Estadual estabeleceu, em 2002, prazos para a erradicação da queima: 2021 para áreas mecanizáveis e 2031 para não mecanizáveis. Já em 2007, objetivando a proteção ambiental, a UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar) e a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo firmaram o Protocolo Ambiental que reduziu ainda mais os prazos para a eliminação da queima – 2014 para áreas mecanizáveis e 2017 para áreas não mecanizáveis. Todas as usinas que aderirem a este protocolo e cumprirem as regras exigidas pela lei garantirão o selo ambiental, que facilitará a comercialização do etanol no mercado internacional. Destacam-se como outros benefícios acordados no protocolo a proteção e recuperação das matas ciliares, o gerenciamento de resíduos e a racionalização do uso da água, embora este último fator seja o menos provável, já que pesquisas recentes revelam que para a produção de um litro de etanol são necessários trinta litros de água. Diante desta problemática em torno da mecanização, faz-se necessário o uso de novas técnicas de trabalho, com implementação de novos insumos agrícolas e da maior especialização dos trabalhadores, a fim de que eles sejam capazes de operar máquinas cada vez mais complexas.

O grande problema encontrado na mecanização do corte da cana-de-açúcar é que grande parte dos trabalhadores que desenvolvem esta tarefa são migrantes, os quais com a mecanização total da colheita perderão seus postos de trabalho. Tal preocupação se coloca, pois uma máquina substitui em torno de cem trabalhadores, o que significa que poucos poderiam continuar contratados como operadores de colheitadeiras, limitando o alcance das políticas públicas de qualificação, pelo menos na cultura canavieira. O processo de reversão da mecanização da colheita se torna impossível, como nos mostra o gráfico a seguir:

Tabela 1: Total colhido em hectares de cana-de-açúcar por municípios – região de Catanduva - safra 2009/2010

Municípios	Total disponível	Colhida	%	Sem Queima	%	Com Queima	%
Ariranha	8.875,8	8.056,2	90,8	3.382,6	42,0	4.673,6	58,0
Catanduva	14.367,3	12.725,3	88,6	6.654,7	52,3	6.070,6	47,7
Catiguá	9.259,9	8.857,8	95,7	3.801,5	42,9	5.056,3	57,1
Elisiário	4.916,6	4.691,8	95,4	2.972,1	63,3	1.719,7	36,7
Ibirá	10.365,6	8.017,8	77,4	4.211,4	52,5	3.806,5	47,5
Irapuá	7.986,7	7.135,2	89,3	4.710,1	66,0	2.435,1	34,0
Itajobi	25.035,3	20.981,9	83,8	13.649	65,1	7.332,9	34,9
Marapoama	6.124,2	5.688,6	92,9	3.107,9	54,6	2.580,8	45,4
Novais	7.198,4	6.893,6	95,8	3.360,9	48,8	3.532,7	51,2
NovoHorizonte	37.747,4	30.575,9	81,0	17.894,5	58,5	12.681,4	41,5
PalmaresPaulista	5.620,0	5.296,1	94,2	2.124,0	40,1	3.172,1	59,9
Paraíso	7.551,0	7.139,9	94,6	4.535,6	63,5	2.604,2	36,5
Pindorama	10.246,4	8.909,6	87,0	4.707,6	52,8	4.201,9	47,2
Sales	8.567,1	6.887,0	80,4	4.637,9	67,3	2.249,1	32,7
Santa Adélia	19.903,5	17.945,3	90,2	12.280	68,4	5.665,3	31,6
Tabapuã	16.560,9	14.603,1	88,2	7.687,2	52,6	6.916,0	47,4
Uchoa	11.437,7	9.719,7	85,0	5.661,8	58,3	4.057,9	41,7
Urupês	13.301,7	11.777,3	88,5	5.256,0	44,6	6.521,3	55,4
<b>Total</b>	<b>225.065,5</b>	<b>195.902,1</b>	<b>88,9*</b>	<b>110.634,8</b>	<b>55,2*</b>	<b>85.277,4</b>	<b>44,8*</b>

Fonte: INPE/Canasat – 2010.

Em torno deste emblema, as usinas vão se fixando em todo o Brasil, não mais apenas no Estado de São Paulo, aumentando a produção do açúcar e álcool no cenário econômico brasileiro e internacional.

Tabela 2: Produção em tonelada de cana-de-açúcar no Brasil – 2012

<b>Área plantada, área colhida e produção, por ano da safra</b>			
<b>Cana-de-açúcar – Agosto de 2012</b>			
Estados	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Produção (toneladas)
Amazonas	4.787	4.787	239.380
Pará	17.100	13.358	749.878
Tocantins	38.420	27.046	1.221.286
Maranhão	50.516	49.852	3.117.146
Piauí	15.182	15.182	965.580
Ceará	41.028	40.378	2.143.693
RN	79.372	71.709	4.306.632
Paraíba	148.660	119.547	6.500.509
Pernambuco	357.713	297.866	16.251.098
Alagoas	491.207	434.694	27.734.681
Sergipe	55.060	52.130	3.503.095
Bahia	116.982	114.587	6.913.209
Minas Gerais	1.025.804	886.756	72.590.135
Espírito Santo	76.324	75.324	4.654.242
Rio de Janeiro	117.915	117.915	5.805.313
São Paulo	4.647.773	4.647.773	339.287.429
Paraná	652.254	652.254	50.826.299
RS	32.598	30.818	1.116.926
MS	550.000	550.000	38.600.100
Mato Grosso	284.646	253.680	16.626.517
Goiás	839.163	694.313	54.030.642
<b>Total</b>	<b>9.642.504</b>	<b>9.149.969</b>	<b>657.183.790</b>

Fonte: União dos Produtores de Bioenergia (UDOP): 10/09/2012

Embora as bases técnicas de produção tenham sido modificadas, a relação trabalhista dos cortadores de cana continua a mesma, ou seja, pagamento por produção, – o que incentiva os trabalhadores a cortarem cada vez mais cana, acarretando desgaste físico e doenças – contratos por tempo limitado, além de elevada informalidade, via terceirizações. Assim, é possível constatar que a mecanização, realmente, é necessária, visto que se torna essencial a eliminação deste tipo de trabalho, o qual remonta aos tempos coloniais. Mas, desde que hajam políticas públicas compensatórias crescendo no mesmo ritmo que o da mecanização.

Concluimos, portanto, que mecanizar torna-se essencial diante do contexto analisado, desde que a sociedade, os usineiros e governantes trabalhem no sentido de promover políticas públicas que abranjam parte significativa dos trabalhadores que ficarão desempregados. Caso contrário, a mecanização agravaria os problemas sociais que envolvem os cortadores de cana, assim como os problemas das cidades dormitórias pelo desemprego gerado. Nos dizeres de Francisco Alves (2008):

“[...] defendemos a mecanização completa do corte da cana crua, sem queimar, porém, defendemos a mecanização numa perspectiva diferente da defendida pelos empresários. Na nossa perspectiva o ritmo da mecanização deve ser igual ao ritmo da adoção das políticas públicas compensatórias [...] enquanto as políticas públicas não se materializarem em ações, sejam implementadas, imediatamente, novas relações de trabalho, que tenham como eixo fundamental: o fim da terceirização; a adoção do controle da produção pelos trabalhadores, através da quadra fechada, e o fim do pagamento por produção.” (ALVES, 2008, p. 6).

Muitas usinas discutem, atualmente, a possível qualificação do cortador, o qual aprende a operar máquinas para não perder o posto de trabalho com o fim do corte. Entretanto, é importante questionar se todos serão beneficiados com as propostas de qualificação. Parece que apenas uma parcela muito pequena dos desempregados, realmente, poderá se beneficiar de programas de qualificação para operador de máquinas, oportunidade que, preferencialmente, tem sido atribuída aos moradores antigos das cidades.

As últimas décadas mostraram a importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras, processos e métodos que movem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. De acordo com Celina Souza (2006), vários fatores contribuíram para a maior visibilidade desta área. O primeiro foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. A partir dessas políticas, o desenho e a execução de políticas públicas, tanto as econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O segundo fator é que novas visões sobre o papel dos governos implantaram políticas restritivas de gasto. Assim, do ponto de vista da política pública, o ajuste fiscal implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais.

Neste estudo enfatizamos o papel da política pública na solução de problemas sociais e econômicos que abrangem o mundo do trabalho. Em resumo e de acordo com SOUZA (2006), pode-se, então, definir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Entretanto, em pesquisa atual, observamos a falta de perspectiva do trabalhador inserido no setor sucroalcooleiro, uma vez que alegam não receberem informações e apoio suficiente dos sindicatos. Esclarecem também, que os cursos oferecidos pelas usinas para o manuseio de máquinas – portanto em forma de políticas públicas compensatórias – abrangem apenas um número mínimo de trabalhadores, geralmente aqueles já fixados nas cidades dormitórias. Neste contexto, os cortadores de cana, em sua grande maioria, não possuem perspectivas quanto a um futuro mecanizado, elucidando que a alternativa mais viável se torna a mudança para um estado onde o corte manual ainda ocorra em grande escala. Neste mesmo contexto, os cortadores dizem que há uma grande falta de interesse por parte dos governantes, uma vez que estes não tentam melhorar, de maneira significativa, a vida desta percentual da população.

Assim, uma minoria mostrou-se interessada em fazer cursos especializantes e cursos superiores, para assim, como eles mesmos declararam, melhorar de vida. Alguns estados ainda possuem dificuldades para a total mecanização da colheita, devido a fatores naturais, o que torna-se uma alternativa concreta para estes cortadores, uma vez que não desejam se inserir em outra atividade trabalhista.

Por outro lado, em entrevista realizada com os candidatos a prefeito de algumas cidades da região, o que se aclamaram foram propostas para o bem estar geral da sociedade, com os trabalhadores rurais realocados economicamente, eliminando assim, os problemas públicos dos municípios, como criminalidade, além da procura exorbitante por saúde e educação. Ou seja, a preocupação exposta foi as consequências que os moradores das cidades podem vir a passar devido à falta de emprego destes homens, e não as dificuldades encontradas por eles quanto a moradia, alimentação, vestuário, saúde e educação.<sup>4</sup>

Desta forma é inevitável a pergunta: a expansão econômica nacional e internacional não deveria ocorrer no mesmo patamar que a proteção ambiental e a geração de empregos para estes trabalhadores por meio de políticas públicas compensatórias? Afinal, o grande destaque está sendo atribuído à preocupação com o meio ambiente, enquanto que tais políticas não estão atingindo nem ao menos 10% da população agrícola e trabalhista. E o pior é que os sindicatos não parecem estar destinados ao auxílio de tais indivíduos. Enquanto isso, o Brasil continua exportando uma grande quantidade de açúcar e etanol, relativos ao setor em questão.

---

<sup>4</sup> Esta pesquisa de campo está em andamento, portanto as conclusões apresentadas são resultado de um questionamento inicial com os indivíduos envolvidos no processo de mecanização do corte de cana-de-açúcar.

Tabela 3: Exportações Brasileiras do Complexo Sucroalcooleiro - 2012

Países	Julho de 2012		
	Valor: US\$	Quantidade: Kg.	P. Médio: US\$/t
China	273.039.794	534.859.299	510
Estados Unidos	270.733.831	290.416.896	932
Emirados Árabes	106.670.344	208.367.332	512
Egito	79.557.456	153.884.665	517
Indonésia	72.117.576	139.257.689	518
Venezuela	70.960.130	107.003.008	663
Irã	66.191.749	128.697.128	514
Argélia	63.448.246	125.996.275	504
UE 27	58.295.033	110.578.608	527
Bangladesh	56.087.082	111.716.258	502

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: 2012.

Portanto, embora as prerrogativas de Marx tenham sido escritas no século XIX, continuam fazendo parte da vida de muitos trabalhadores, definindo a história e trajetória dos cortadores de cana no interior paulista. Afinal, o trabalho exercido por este cortador está presente em seu cotidiano, de forma estranhada e, portanto, alienada, que o indivíduo acaba transferindo tal situação para sua vida social, por meio da busca incessante pelo seu bem-estar social. Para tanto, ele aceita sua situação enquanto trabalhador alienado e não toma consciência da real problemática imposta por este meio de produção. Porém, quando tal fator ocorre, quando eles tomam consciência da condição em que vivem e trabalham, os sindicatos não aparecem como forma expressiva de suas luta.

Desta forma, o mundo do trabalho representa todo um simbolismo social, cultural, econômico e político, fazendo parte permanentemente da vida de quem o executa e causando a desigualdade social entre as pessoas e estrutural entre os países. O capital passa a se inserir em todas as formas de representação da vida humana e a designar as hierarquias presentes no sistema social.

É inserido nestas pressões de classe e tomado por uma consciência de sua condição, que o trabalhador deve lutar por melhorias de vida e de trabalho, recuperando sua dignidade enquanto ser social e representante de uma parcela da sociedade, seja ele trabalhador de fábrica, seja ele trabalhador de usina, todos devem unir-se na busca por condições mais dignas e humanas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. *Mecanização do Corte da Cana Crua e Políticas Públicas Compensatórias: indo direto ao ponto*. In: Pastoral do Migrante, setembro 2008.
- ALVES, Giovanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, BOITEMPO, 2000.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *De bóias-frias a empregados rurais*. Alagoas, edUFAL, 1997.
- INPE/Canasat. Total colhido em hectares de cana-de-açúcar por municípios: região de Catanduva - safra 2009/2010, 2010. Acesso em: 13 set. 2012.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia. Uma introdução à Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Exportações Brasileiras do Complexo Sucroalcooleiro*, 2012. Acesso em: 23 jan. 2013
- PRADO, M.I. - *Flexibilização e novas estratégias de intensificação do trabalho nas usinas de açúcar e álcool a partir dos anos 90*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Araraquara, 2008.
- SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. In: *Sociologias*, n.16, 2006.
- UDOP. *Produção em tonelada de cana-de-açúcar no Brasil*, 2012. Acesso em: 20 jan. 2013.

---

Data submissão: 01/10/2012

Data aprovação: 20/11/2012